

## EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO

**2018:**

- **Despacho n.º 7144/2018**, de 27 de julho – Aprova a Rede de Ensino Português no Estrangeiro para 2018-2019.
- **Despacho n.º 6944-A/2018**, de 19 de julho – Homologa as Aprendizagens Essenciais do ensino básico.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 94/2018**, de 16 de julho – Aprova o documento de orientação da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2018-2022.
- **Decreto-Lei n.º 55/2018**, de 06 de julho – Estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário e os princípios orientadores da avaliação das aprendizagens.
- **Decreto-Lei n.º 54/2018**, de 06 de julho – Estabelece o regime jurídico da educação inclusiva.
- **Despacho-Normativo n.º 10-B/2018**, de 06 de julho – Estabelece as regras a que deve obedecer a organização do ano letivo nos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.
- **Despacho n.º 6472/2018**, de 02 de julho – Altera a composição do Júri Nacional de Exames.
- **Despacho Normativo n.º 10-A/2018**, de 19 de junho – Estabelece o regime de constituição de grupos e turmas e o período de funcionamento dos estabelecimentos de educação e ensino no âmbito da escolaridade obrigatória.
- **Despacho n.º 6020-A/2018**, de 19 de junho – Determina a aprovação dos calendários, para o ano letivo de 2018-2019, dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, dos estabelecimentos particulares de ensino especial, bem como o calendário de provas e exames dos ensinos básico e secundário.
- **Despacho n.º 5399/2018**, de 30 de maio – Designa personalidades para integrar o Conselho científico-pedagógico de formação contínua.

- **Portaria n.º140/2018**, de 16 de maio – Procede à primeira alteração da **Portaria n.º 224-A/2015**, de 29 de julho, que define o regime de concessão do apoio financeiro por parte do Estado, às entidades titulares de autorização de funcionamento de estabelecimentos de ensino artístico especializado de música, dança e artes visuais e audiovisuais da rede do ensino particular e cooperativo.
- **Despacho n.º 4523-A/2018**, de 08 de maio – Determina o calendário de adoção de manuais escolares para 2018 e altera o **Despacho n.º 11421/2014**, de 11 setembro, na sua redação atual.
- **Portaria n.º119/2018**, de 04 de maio – Define os termos e a forma como se processa o reposicionamento no escalão da carreira docente dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário do pessoal docente com tempo de serviço prestado antes do ingresso na referida carreira e a que se refere o n.º 3 do artigo 36.º e o n.º 1 do artigo 133.º do respetivo **estatuto de carreira docente (ECD)**.
- **Despacho n.º4305/2018**, de 30 de abril – Extinção de Centros Qualifica, cuja criação foi autorizada nos termos do **Despacho n.º 1971/2017**, de 8 de março.
- **Portaria n.º 113/2018**, de 30 de abril – Institui o regime escolar previsto no **Regulamento (UE) n.º 1308/2013**, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, na redação dada pelo **Regulamento (UE) 2016/791**, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de maio, estabelecendo as regras nacionais complementares da ajuda à distribuição de fruta, produtos hortícolas e bananas e leite e produtos lácteos, nos estabelecimentos de ensino, às medidas educativas de acompanhamento e a certos custos conexos, em aplicação da respetiva estratégia nacional para o período compreendido entre 1 de agosto de 2017 e 31 de julho de 2023.
- **Despacho Normativo n.º6/2018**, de 12 de abril – Estabelece os procedimentos da matrícula e respetiva renovação e as normas a observar na distribuição de crianças e alunos.
- **Decreto-Lei n.º16/2018**, de 07 de março – Cria o grupo de recrutamento da Língua Gestual Portuguesa e aprova as condições de acesso dos docentes da Língua Gestual Portuguesa ao concurso externo e seleção e recrutamento do pessoal docente.
- **Decreto-Lei n.º15/2018**, de 07 de março – Aprova o regime específico de seleção e recrutamento de docentes do ensino artístico especializado da música e da dança.
- **Despacho n.º 2145-C/2018**, de 28 de fevereiro – Fixa as vagas para a progressão ao 5.º e 7.º escalões da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensino Básico e Secundário.

- **Portaria n.º 117/2018**, de 20 de fevereiro – Autoriza as Escolas e os Agrupamentos de Escolas a assumir os encargos plurianuais decorrentes da atribuição de bolsas de mérito relativas ao ano letivo 2017-2018.
- **Deliberação n.º 175/2018**, de 19 de fevereiro – Estabelece as regras para a fixação de elencos de provas de ingresso.
- **Deliberação n.º 174/2018**, de 19 de fevereiro – Estabelece a correspondência entre os exames nacionais do ensino secundário e as provas de ingresso na candidatura ao ensino superior de 2018-2019.
- **Portaria n.º 64/2018**, de 23 de janeiro – Fixa os montantes do subsídio anual por aluno concedido ao abrigo de contratos simples e de desenvolvimento celebrados entre o Estado e os estabelecimentos de ensino particular e cooperativo.
- **Portaria n.º 31/2018**, de 23 de janeiro – Identifica as unidades orgânicas de ensino da rede pública do Ministério da Educação, constituídas por agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas a funcionar no ano escolar 2017-2018.
- **Portaria n.º 29/2018**, de 23 de janeiro – Define as regras relativas ao preenchimento das vagas para progressão ao 5.º e 7.º escalões da carreira dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário.

## 2017:

- **Portaria n.º 382/2017**, de 20 de dezembro – Cria o Programa Formar+, com o objetivo de promover e apoiar as atividades formativas junto da população jovem, das entidades e dos profissionais com intervenção na área da juventude.
- **Despacho n.º 10919/2017**, de 13 de dezembro – Cria o plano integrado de controlo da qualidade e quantidade das refeições servidas nos estabelecimentos públicos de ensino.
- **Despacho n.º 10196/2017**, de 14 de novembro – Estabelece apoio financeiro a atribuir aos estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública para aquisição de material didático, no ano letivo 2017-2018.
- **Portaria n.º 350-A/2017**, de 14 de novembro – Estabelece as medidas de apoio educativo a prestar a crianças e jovens com doença oncológica.
- **Portaria n.º 336/2017**, de 7 de novembro – Cria o certificado *Passe Jovem*.
- **Despacho n.º 9676-A/2017**, de 3 de novembro – Delega competências nos diretores dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas para a realização de procedimento concursal comum.
- **Despacho n.º 9676-B/2017**, de 3 de novembro – Delega competências nos diretores dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas para a realização de procedimento concursal comum.
- **Despacho n.º 9017/2017**, de 12 de outubro – Cria o grupo de trabalho para o desenvolvimento e expansão da Rede Nacional da Educação Pré-Escolar.
- **Despacho n.º 8927/2017**, de 10 de outubro – Aprova o Regulamento do Programa Escola Segura.
- **Despacho n.º 8911/2017**, de 10 de outubro – Autoriza a celebração dos Acordos de Colaboração com Municípios tendo por objeto intervenções de emergência para beneficiação de escolas.
- **Despacho n.º 8595/2017**, de 29 de setembro – Procede à atualização dos apoios financeiros ao pré-escolar para o ano letivo de 2017-2018.

- **Portaria n.º 283-A/2017**, de 15 de setembro – Autoriza vários Agrupamentos de Escolas a assumir os encargos plurianuais decorrentes da aquisição de serviço de transporte escolar dos alunos com necessidades educativas especiais durante o ano letivo 2017-2018.
- **Portaria n.º 272-A/2017**, de 13 de setembro – Regulamenta os critérios e a respetiva fórmula de cálculo para a determinação da dotação máxima de referência do pessoal não docente, por agrupamento de escolas ou escolas não agrupadas.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 124/2017**, de 11 de setembro – Autoriza a realização da despesa relativa às atividades de enriquecimento curricular para o ano letivo de 2017-2018.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 118/2017**, de 28 de agosto – Autoriza a realização da despesa relativa aos contratos de cooperação, no âmbito dos Centros de Recursos de Apoio à Inclusão, para o ano letivo de 2017-2018.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 117/2017**, de 28 de agosto – Autoriza a realização da despesa relativa aos contratos de cooperação com cooperativas e associações de educação especial e instituições particulares de solidariedade social, para o ano letivo de 2017-2018.
- **Lei n.º 72/2017**, de 16 de agosto – Procede à primeira alteração à **Lei n.º 47/2006**, de 28 de agosto sobre a desmaterialização de manuais e de outros materiais escolares.
- **Portaria n.º 246/2017**, de 03 de agosto – Procede à primeira alteração à **Portaria n.º 232/2012**, de 6 de agosto, que estabelece as competências institucionais, assim como as regras e os procedimentos da certificação das aprendizagens, prevista no n.º 4 do artigo 5.º do **Decreto-Lei n.º 165/2006**, de 11 de agosto, republicado pelo **Decreto-Lei n.º 65-A/2016**, de 25 de outubro, dos cursos de língua e cultura portuguesas, lecionados no âmbito da rede de Ensino Português no Estrangeiro.
- **Despacho n.º 6478/2017**, de 26 de julho – Homologa o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.
- **Despacho n.º 6477/2017**, de 26 de julho – Define o número de Coordenadores Interconcelhios das Bibliotecas Escolares (CIBE) e estabelece as condições de exercício dessa função.
- **Despacho n.º 6384/2017**, de 24 de julho – Aprova as redes de cursos do ensino português no estrangeiro da Educação Pré-escolar e dos Ensinos Básicos e Secundário e do Ensino Superior e Organismos Internacionais para o ano letivo de 2017-2018 e 2018.

- **Despacho n.º 6343/2017**, de 20 de julho – Autoriza a celebração dos Acordos de Colaboração com Municípios para a requalificação e modernização de escolas identificadas nos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial celebrados no âmbito do Acordo de Parceria PORTUGAL 2020.
- **Despacho n.º 6261-B/2017**, de 17 de julho – Estabelece as regras de atribuição do crédito horário semanal destinado aos centros especializados em qualificação de adultos, previstos na alínea g) do n.º 2 do artigo 1.º e no artigo 15.º do **Decreto-Lei n.º 396/2007**, de 31 de dezembro, alterado pelo **Decreto-Lei n.º 14/2017**, de 26 de janeiro, denominados *Centros Qualifica* pela **Portaria n.º 232/2016**, de 29 de agosto, para implementação das suas atividades, nomeadamente no que respeita à informação e orientação, encaminhamento, formação, reconhecimento e validação de competências e certificação.
- **Declaração de Retificação n.º 451/2017**, de 11 de julho – Retifica o **Despacho n.º 5296**, de 16 de junho de 2017 que regula as condições de aplicação das medidas de ação social escolar, da responsabilidade do Ministério da Educação e Ciência e dos municípios.
- **Despacho n.º 5908/2017**, de 05 de julho – Autoriza, em regime de experiência pedagógica, a implementação do projeto de autonomia e flexibilidade curricular dos ensinos básico e secundário, no ano escolar de 2017-2018.
- **Portaria n.º 172/2017**, de 30 de junho – Define as condições em que pode ser autorizado o recurso à permuta, prevista no Estatuto da Carreira Docente, pelos docentes de carreira.
- **Portaria n.º 197/2017**, de 23 de junho – Repristina e altera a **Portaria n.º 260-A/2014**, de 15 de dezembro, que regula a aquisição de qualificação profissional para a docência nos grupos de recrutamento que já detenham, ou venham a obter, formação certificada no domínio do ensino de inglês no 1.º ciclo do ensino básico e os níveis de proficiência linguística em Inglês do 3.º ao 12.º ano nos ensinos básico e secundário.
- **Despacho n.º 5458-A/2017**, de 22 de junho – Determina a aprovação dos calendários, para o ano letivo de 2017-2018, dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, dos estabelecimentos particulares de ensino especial, bem como o calendário de provas e exames dos ensinos básico e secundário.
- **Despacho n.º 5296/2017**, de 16 de junho – Procede à alteração do **Despacho n.º 8452-A/2015**, de 31 de julho, que regula as condições de aplicação das medidas de ação social escolar, da responsabilidade do Ministério da Educação e Ciência e dos municípios.
- **Lei n.º 25/2017**, de 30 de maio – Aprova o regime da valorização profissional dos trabalhadores com vínculo de emprego público, procede à segunda alteração à **Lei n.º 35/2014**, de 20 de junho, e à quarta alteração à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, e revoga a **Lei n.º 80/2013**, de 28 de novembro.

- **Parecer n.º 4/2017**, de 30 de maio – Emite parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) sobre Perfil dos Alunos para o Século XXI, relativo ao documento *Perfil dos alunos à saída da Escolaridade Obrigatória*, elaborado pelo Grupo de Trabalho criado nos termos do **Despacho n.º 9311/2016**, de 21 de julho.
- **Portaria n.º 165/2017**, de 19 de maio – Altera a **Portaria n.º 172-A/2015**, de 5 de junho, que fixa as regras e procedimentos aplicáveis à atribuição de apoio financeiro pelo Estado a estabelecimentos de ensino particular e cooperativo de nível não superior.
- **Declaração de Retificação n.º 307/2017**, de 18 de maio – Retifica a delegação de competências constantes no **Despacho n.º 3691/2017**, que delega competências nos Delegados Regionais de Educação.
- **Aviso n.º 5032/2017**, de 09 de maio – Publicita a candidatura a acreditação e a renovação da acreditação de centros de recursos para a inclusão.
- **Despacho n.º 3721/2017**, de 03 de maio – Autoriza a realização de projetos-piloto de inovação pedagógica (PPIP), em regime de experiência pedagógica, durante três anos escolares.
- **Despacho n.º 3691/2017**, de 02 de maio – Delega competências várias nos Delegados Regionais de Educação, sem prejuízo das competências pertencentes ao Município, nos casos em que tenha sido celebrado contrato de execução ao abrigo do **Decreto-Lei n.º 144/2008**, de 28 de julho.
- **Despacho n.º 3668-A/2017**, de 28 de abril – Determina que os estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário devem comunicar os alunos que não se encontrem com a vacinação recomendada atualizada de acordo com o Programa Nacional de Vacinação.
- **Despacho n.º 3633/2017**, de 28 de abril – Delega competências nos Diretores dos Agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas e Presidentes das Comissões Administrativas Provisórias.
- **Portaria n.º 90/2017**, de 21 de abril – Fixa os montantes do subsídio anual por aluno concedido ao abrigo de contratos simples e de desenvolvimento celebrados entre o Estado e os estabelecimentos de ensino particular e cooperativo.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2017**, de 19 de abril – Autoriza os estabelecimentos de ensino básico e secundário da rede pública a realizarem a despesa decorrente do fornecimento de eletricidade.
- **Despacho Normativo n.º 1-B/2017**, de 17 de abril – Emite Despacho Normativo que fixa os procedimentos da matrícula e respetiva renovação.

- **Portaria n.º 129-A/2017** de 05 de abril – Regulamenta o concurso de integração extraordinária para a seleção e o recrutamento do pessoal docente com contrato a termo resolutivo nos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário da rede do Ministério da Educação (ME).
- **Despacho (extrato) n.º 2751/2017**, de 03 de abril – Determina a ajuda respeitante aos custos elegíveis no âmbito do Regime de Fruta Escolar, para o ano letivo 2016/2017, instituído pela **Portaria n.º 375/2015**, de 20 de outubro.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 48-D/2017**, de 31 de março – Aprova as linhas orientadoras para o Plano Nacional de Leitura 2027.
- **Despacho n.º 2079/2017**, de 13 de março – Autoriza a celebração dos Acordos de Colaboração com Municípios tendo por objeto intervenções de emergência para beneficiação de escolas.
- **Despacho n.º 436-A/2017**, de 6 de janeiro – Aprova o Orçamento Participativo das Escolas que tem como objetivos contribuir para as comemorações do Dia do Estudante e estimular a participação cívica e democrática dos estudantes.
- **Portaria n.º 9/2017**, de 5 de janeiro – Identifica as unidades orgânicas de ensino da rede pública do Ministério da Educação (ME), constituídas por agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas a funcionar no ano escolar de 2016-2017.

## 2016:

- **Despacho n.º 14558/2016**, de 02 de dezembro – Lista de entidades acreditadas pela Direção-Geral da Educação (DGE) como avaliadoras e certificadoras de manuais escolares, do ano de 2016.
- **Despacho n.º 14202-B/2016**, de 25 de novembro – Determina a criação da Comissão Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 71/2016**, de 22 de novembro – Autoriza a realização da despesa relativa às atividades de enriquecimento curricular para o ano letivo de 2016-2017.
- **Parecer n.º 5/2016**, de 18 de novembro – Emite Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) sobre a organização da escola e promoção do sucesso escolar.
- **Declaração de Retificação n.º 1125/2016**, de 18 de novembro – Retifica o anexo V do **Despacho n.º 8294-A/2016**, de 24 de junho, que determina a aprovação dos calendários das provas de aferição do ensino básico.
- **Portaria n.º 425/2016**, de 17 de novembro – Altera a **Portaria n.º 101/2016**, de 14 de abril, que autoriza a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEE) a assumir os compromissos plurianuais no âmbito dos contratos-programa a celebrar com as entidades proprietárias das escolas privadas que ministram cursos de ensino vocacional de nível básico, iniciados no ano de 2015-2016.
- **Despacho n.º 13342/2016**, de 09 de novembro – Aprova a criação do Grupo de Trabalho de Avaliação Externa das Escolas.
- **Despacho n.º 13331-A/2016**, de 08 de novembro – Determina a revisão e atualização do calendário de avaliação, certificação e adoção de manuais escolares aprovado pelo **Despacho n.º 11421/2014**, de 11 de setembro, na redação vigente, com vista à definição das disciplinas e respetivos anos de escolaridade dos manuais escolares objeto de avaliação e certificação durante o ano escolar de 2016-2017.
- **Despacho n.º 13224/2016**, de 04 de novembro – Fixa para o ano letivo de 2015-2016, o valor da compensação financeira a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º do Regulamento do Fundo de Compensação Socioeconómica, aprovado pelo **Despacho Conjunto n.º 413/99**, de 16 de março.

- **Despacho n.º 12667-A/2016**, de 20 de outubro – Delega competências nos diretores dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas para a realização de procedimento concursal comum.
- **Portaria n.º 232/2016**, de 29 de agosto – Regula a criação e o regime de organização e funcionamento dos Centros Qualifica, nomeadamente o encaminhamento para ofertas de ensino e formação profissionais e o desenvolvimento de processos de reconhecimento, validação e certificação de competências.
- **Despacho n.º 9311/2016**, de 21 de julho – Cria um Grupo de Trabalho para a definir o perfil de saída dos jovens de 18 anos de idade, no final de 12 anos de escolaridade obrigatória.
- **Despacho n.º 9232/2016**, de 20 de julho – Aprova a rede de cursos do ensino português no estrangeiro (Educação Pré-escolar e Ensinos Básicos e Secundário) para o ano letivo de 2016-2017 e 2017, fixa os horários e lugares a preencher no âmbito do procedimento concursal para constituição de reserva de recrutamento de pessoal docente do ensino português no estrangeiro, e o total de horas de redução da componente letiva por país de que beneficiam os docentes de apoio pedagógico.
- **Despacho n.º 9180/2016**, de 19 de julho – Homologa as orientações curriculares para a educação pré-escolar.
- **Despacho n.º 9004-A/2016**, de 13 de julho – Estipula as condições em que os docentes podem requerer a mobilidade por motivo de doença.
- **Despacho n.º 8294-A/2016**, de 24 de junho – Determina a aprovação dos calendários, para o ano letivo de 2016-2017, dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, dos estabelecimentos particulares de ensino especial, bem como o calendário de provas e exames dos ensinos básico e secundário.
- **Lei n.º 16/2016**, de 17 de junho – Revoga a prova de avaliação de conhecimentos e capacidades prevista no Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, procedendo à décima quinta alteração ao **Decreto-Lei n.º 139-A/90**, de 28 de abril, e à revogação do **Decreto-Lei n.º 146/2013**, de 22 de outubro, e do **Decreto Regulamentar n.º 3/2008**, de 21 de janeiro.
- **Despacho Normativo n.º 4-A/2016**, de 16 de junho – Estabelece as regras a que deve obedecer a organização do ano letivo nos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.
- **Despacho n.º 6289/2016**, de 12 de maio – Delega competências nos diretores de agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas para autorizar a mobilidade intercategorias de assistentes técnicos e de assistentes operacionais sob gestão do Ministério da Educação para o exercício de funções de coordenador técnico e de encarregado operacional, respetivamente.

- **Lei n.º 12/2016**, de 28 de abril – Elimina a requalificação de docentes, procedendo à quarta alteração ao **Decreto-Lei n.º 132/2012**, de 27 de junho, à décima quarta alteração ao **Decreto-Lei n.º 139-A/90**, de 28 de abril, e à primeira alteração à **Lei n.º 80/2013**, de 28 de novembro.
- **Despacho Normativo n.º 1-G/2016**, de 6 de abril – Aprova o Regulamento das Provas de Avaliação Externa e de Equivalência à Frequência do Ensino Básico e revoga o **Despacho Normativo n.º 6-A/2015**, de 5 de março.
- **Despacho Normativo n.º 1-F/2016**, de 5 de abril – Regulamenta o regime de avaliação e certificação das aprendizagens desenvolvidas pelos alunos do ensino básico, bem como as medidas de promoção do sucesso educativo que podem ser adotadas no acompanhamento e desenvolvimento das aprendizagens.
- **Portaria n.º 43-A/2016**, de 14 de março – Fixa o número de vagas dos quadros de zona pedagógica, a preencher pelo concurso externo, no ano escolar de 2016-2017.
- **Despacho Normativo n.º 1-D/2016**, de 4 de março – Aprova o Regulamento do Júri Nacional de Exames e o Regulamento das Provas e dos Exames do Ensino Secundário.
- **Parecer n.º 4/2016**, de 29 de fevereiro – Emite Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) sobre formação inicial de educadores e professores e o acesso à profissão.
- **Parecer n.º 2/2016**, de 11 de fevereiro – Emite Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) sobre avaliação das aprendizagens e realização de provas finais no ensino básico.

## 2015:

- **Despacho n.º 13660-M/2015**, de 24 de novembro – Suspende a realização da prova de avaliação de conhecimentos e capacidades dos docentes (PACC).
- **Despacho n.º 12166/2015**, de 29 de outubro – Dispensa da realização da profissionalização em serviço os docentes do ensino artístico especializado da Música e da Dança que reúnam os requisitos necessários.
- **Despacho n.º 11970-B/2015**, de 23 de outubro, retificado pela **Declaração de Retificação n.º 986/2015** – Define orientações para a comprovação das declarações médicas apresentadas para efeitos de mobilidade de docentes, realizadas por recurso à Junta Médica da ADSE – Direção-Geral de Proteção Social aos trabalhadores em funções públicas, durante o ano letivo de 2015-2016.
- **Portaria n.º 375/2015**, de 20 de outubro – Institui o regime de fruta escolar (RFE), estabelecendo as regras nacionais complementares do regime de ajuda para a distribuição de frutas e produtos hortícolas, frutas e produtos hortícolas transformados, bananas e produtos derivados às crianças nos estabelecimentos de ensino, no quadro do regime europeu de distribuição de fruta nas escolas, e de certos custos conexos, previsto no **Regulamento (UE) n.º 1308/2013**, do Parlamento e do Conselho, de 17 de dezembro.
- **Portaria n.º 341/2015**, de 9 de outubro – Cria e regulamenta as normas de organização, funcionamento, avaliação e certificação da oferta formativa de cursos vocacionais de nível Básico e de nível Secundário nas escolas públicas e privadas sob tutela do Ministério de Educação e Ciência, sem prejuízo de ofertas que outras entidades possam vir a desenvolver.
- **Despacho n.º 11347/2015**, de 9 de outubro – Homologa as orientações curriculares da disciplina de Mandarim como Língua Estrangeira III no currículo dos Cursos Científico-Humanísticos do ensino secundário a partir do ano letivo de 2015-2016.
- **Despacho n.º 11239/2015**, de 7 de outubro – Adapta o modelo de diploma de qualificações atualmente em vigor no Sistema Nacional de Qualificações e cria o modelo de certificado profissional provisório.
- **Despacho n.º 10913/2015**, de 1 de outubro – Determina o apoio financeiro aos estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública para aquisição de material didático, no ano letivo 2015-2016.
- **Despacho n.º 10590/2015**, de 23 de setembro – Determina os prazos do procedimento de avaliação e certificação dos manuais escolares, e define as disciplinas e respetivos anos de escolaridade.

- **Despacho n.º 10215/2015**, de 14 de setembro – Define a lista de entidades acreditadas como avaliadoras e certificadoras de manuais escolares pela Direção-Geral da Educação (DGE).
- **Despacho n.º 10156/2015**, de 10 de setembro – Altera o **Despacho n.º 22238/2009**, de 7 de outubro, que aprova o Regulamento da Prova do Domínio Perfeito da Língua Portuguesa.
- **Decreto-Lei n.º 169/2015**, de 24 de agosto – Procede à primeira alteração ao **Decreto-Lei n.º 212/2009**, de 3 de setembro, permitindo aos municípios a constituição de parcerias para a concretização das Atividades de Enriquecimento Curricular.
- **Portaria n.º 644-A/2015**, de 24 de agosto – Define as regras a observar no funcionamento dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, bem como na oferta das atividades de animação e de apoio à família (AAAF), da componente de apoio à família (CAF) e das atividades de enriquecimento curricular (AEC).
- **Despacho n.º 9488/2015**, de 20 de agosto – Estabelece regras relativas ao período probatório de docentes em 2015.
- **Despacho n.º 9442/2015**, de 19 de agosto – Homologa as Metas Curriculares da disciplina de Inglês dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico.
- **Despacho n.º 9441/2015**, de 19 de agosto – Homologa as Metas Curriculares da disciplina de Latim A para os 10.º e 11.º anos do ensino secundário.
- **Despacho n.º 8861-A/2015**, de 10 de agosto – Determina a afetação de recursos humanos aos Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional (CQEP) no ano escolar 2015-2016.
- **Despacho n.º 8452-A/2015**, de 31 de julho – Regula as condições de aplicação das medidas de ação social escolar, da responsabilidade do Ministério da Educação e Ciência e dos municípios.
- **Despacho n.º 8379/2015**, de 31 de julho, alterado pelo **Despacho n.º 12026/2015**, de 27 de outubro – Aprova a Rede de Cursos do Ensino Português no Estrangeiro 2015-2016.
- **Portaria n.º 224-A/2015**, de 29 de julho – Define e regulamenta o regime jurídico de concessão do apoio financeiro por parte do Estado no âmbito dos contratos de patrocínio, nos termos e para os efeitos previstos no Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo de nível não superior.

- **Portaria n.º 201-C/2015**, de 10 de julho – Regula o ensino de alunos com 15 ou mais anos de idade, com currículo específico individual (CEI), em processo de transição para a vida pós-escolar, nos termos e para os efeitos conjugados dos artigos 14.º e 21.º do **Decreto-Lei n.º 3/2008**, de 7 de janeiro, na sua redação atual, e da **Lei n.º 85/2009**, de 27 de agosto, regulada pelo **Decreto-Lei n.º 176/2012**, de 2 de agosto, e revoga a **Portaria n.º 275-A/2012**, de 11 de setembro.
- **Decreto-Lei n.º 127/2015**, de 7 de julho – Aprova as regras a que obedece a constituição e o funcionamento dos Centros de Formação de Associação de Escolas (CFAE).
- **Despacho n.º 7442-D/2015**, de 6 de julho – Homologa o Programa de Português para o Ensino Básico.
- **Lei n.º 65/2015**, de 3 de julho – Procede à primeira alteração à **Lei n.º 85/2009**, de 27 de agosto, estabelecendo a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 4 anos de idade.
- **Despacho n.º 7286/2015**, de 2 de julho – Reconhece a profissionalização em serviço pela Universidade Aberta (UAb) a docentes do Ensino Artístico.
- **Portaria n.º 192-A/2015**, de 29 de junho – Estabelece as regras de designação de docentes para a função de professor bibliotecário, o modo de designação de docentes que constituem a equipa da biblioteca escolar, as regras concursais aplicáveis às situações em que se verifique a inexistência no agrupamento de escolas ou nas escolas não agrupadas, de docentes a afetar para as funções de professor bibliotecário, e as regras de designação de docentes para a função de coordenador interconcelhio para as bibliotecas escolares.
- **Despacho n.º 7104-A/2015**, de 26 de junho, alterado pelo **Despacho n.º 4688-A/2016**, de 5 de abril – Determina o calendário escolar e o calendário de realização das provas finais do ensino básico, do *Preliminary English Test*, dos exames finais nacionais do ensino secundário, das provas de equivalência à frequência e de afixação dos respetivos resultados para o ano escolar de 2015-2016.
- **Despacho n.º 7031-A/2015**, de 24 de junho – Cria um projeto piloto de oferta do mandarim como língua Estrangeira III no currículo do ensino secundário, no ano letivo de 2015-2016.
- **Despacho n.º 6984-A/2015**, de 23 de junho – Determina o número de créditos de tempos letivos a atribuir para o Programa de Desporto Escolar no ano letivo 2015-2016.
- **Portaria n.º 172-A/2015**, de 5 de junho, retificada pela **Declaração de Retificação n.º 32/2015**, de 10 de julho, e alterada pela **Portaria n.º 165/2017**, de 19 de maio – Fixa as regras e procedimentos aplicáveis à atribuição de apoio financeiro pelo Estado a estabelecimentos de ensino particular e cooperativo de nível não superior.

- **Despacho n.º 5741/2015**, de 29 de maio, retificado pela **Declaração de Retificação n.º 470/2015**, de 11 de junho – Fixa o processo de reconhecimento e certificação das ações de formação de curta duração a que se refere a alínea d) do n.º 1 do artigo 6.º do **Decreto-Lei n.º 22/2014**, de 11 de fevereiro, que estabelece o regime jurídico da formação contínua de professores.
- **Despacho n.º 5291/2015**, de 21 de maio – Estabelece a rede nacional de Centros de Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação para a Educação Especial (CRTIC) como centros prescritores de produtos de apoio do Ministério da Educação e Ciência no âmbito do Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio (SAPA), as suas atribuições, constituição e competências da equipa, bem como a responsabilidade pela monitorização da atividade destes Centros.
- **Despacho Normativo n.º 7-B/2015**, de 7 de maio, retificado pela **Declaração de Retificação n.º 511/2015**, de 18 de junho, e alterado pelo **Despacho Normativo n.º 1-H/2016**, de 14 de abril – Estabelece os procedimentos da matrícula e respetiva renovação; e as normas a observar na distribuição de crianças e alunos, constituição de turmas e período de funcionamento dos estabelecimentos de educação e de ensino.
- **Despacho n.º 4734-A/2015**, de 7 de maio – Atualiza o Calendário de Adoção de Manuais Escolares para a disciplina de Educação Moral e Religiosa Católicas, constante do Anexo I ao **Despacho n.º 11421/2014**, de 11 de setembro, que regulamenta os procedimentos de avaliação e certificação dos manuais escolares.
- **Despacho n.º 4595/2015**, de 6 de maio – Estabelece o processo de avaliação, certificação e reconhecimento da formação acreditada.
- **Portaria n.º 75/2015**, de 12 de março – Estabelece as adaptações aplicáveis à avaliação do desempenho dos docentes em exercício efetivo de funções integrados em mapas de pessoal dos estabelecimentos ou instituições de ensino sob a tutela do Ministério da Defesa Nacional (MDN).
- **Despacho n.º 2384-A/2015**, de 6 de março – Regulamenta o processo de certificação da qualificação profissional para a docência no grupo de recrutamento 120 - Inglês do 1.º ciclo do ensino básico e o modo de apuramento da duração da experiência de ensino de Inglês no 1.º ciclo do ensino básico, no âmbito da Oferta Complementar ou das Atividades de Enriquecimento do Currículo.
- **Decreto-Lei n.º 30/2015**, de 12 de fevereiro – Estabelece o regime de delegação de competências nos municípios e entidades intermunicipais no domínio de funções sociais.
- **Despacho n.º 151/2015**, de 7 de janeiro – Homologa as Metas Curriculares da disciplina de Inglês do 1.º ciclo do ensino básico.

- **Despacho Normativo n.º 1/2015**, de 6 de janeiro – Estabelece os princípios e os procedimentos a observar no regime de avaliação e certificação dos alunos dos cursos científico-tecnológicos de dupla certificação com planos próprios de nível secundário de educação, ministrados em estabelecimentos de ensino público e cooperativo.
- **Despacho n.º 104/2015**, de 6 de janeiro – Reconhece a profissionalização em serviço aos docentes do ensino artístico especializado da música e da dança e das artes visuais e audiovisuais que reúnam os requisitos necessários.

## ANTERIOR:

- **Decreto-Lei n.º 260-A/2014**, de 15 de dezembro – Regula a aquisição de qualificação profissional para a docência nos grupos de recrutamento que já detenham, ou venham a obter, formação certificada no domínio do ensino de inglês no 1.º ciclo do ensino básico, e os níveis de proficiência linguística em Inglês do 3.º ao 12.º ano nos ensinos básico e secundário.
- **Decreto-Lei n.º 176/2014**, de 12 de dezembro – Procede à primeira alteração ao **Decreto-Lei n.º 27/2006**, de 10 de fevereiro, à segunda alteração ao **Decreto-Lei n.º 139/2012**, de 5 de julho, e à primeira alteração ao **Decreto-Lei n.º 79/2014**, de 14 de maio, determinando a introdução da disciplina de Inglês no currículo, como disciplina obrigatória a partir do 3.º ano de escolaridade, bem como a definição da habilitação profissional para lecionar Inglês no 1.º ciclo e a criação de um novo grupo de recrutamento.
- **Portaria n.º 251-A/2014**, de 28 de novembro – Procede à primeira alteração ao Regulamento de candidatura à atribuição do selo de Escola Voluntária, aprovado no anexo I da **Portaria n.º 333/2012**, de 22 de outubro, que estabelece as condições gerais e os critérios para a atribuição do selo de Escola Voluntária, bem como os requisitos específicos a que devem obedecer as candidaturas.
- **Despacho n.º 13584/2014**, de 10 de novembro – Aprova o regulamento que define os procedimentos para o reconhecimento de títulos obtidos em países estrangeiros, por referência às qualificações de nível não superior que integram o Sistema Nacional de Qualificações (SNQ).
- **Despacho n.º 13147/2014**, de 29 de outubro – Aprova o Regulamento das Comissões Técnicas previsto no n.º 2 do artigo 35.º da **Portaria n.º 135-A/2013**, de 28 de março, que regula a criação e o regime de funcionamento dos Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional.
- **Despacho n.º 12443/2014**, de 9 de outubro – Altera a redação dos artigos 4.º, 7.º, 9.º e 11.º do Regulamento do Prémio de Escola, aprovado pelo **Despacho n.º 13346/2012**, de 11 de outubro.
- **Despacho n.º 11421/2014**, de 11 de setembro, alterado pelo **Despacho n.º 15717/2014**, de 30 de dezembro – Regulamenta os procedimentos de avaliação e certificação dos manuais escolares.
- **Despacho n.º 9633/2014**, de 25 de julho – Atualiza o calendário da implementação das Metas Curriculares das disciplinas constantes do Anexo I do **Despacho n.º 15971/2012**, de 14 de dezembro.

- **Decreto-Lei n.º 92/2014**, de 20 de junho, alterado pela **Lei n.º 69/2015**, de 16 de julho – Estabelece o regime jurídico das escolas profissionais privadas e públicas, no âmbito do ensino não superior, regulando a sua criação, organização e funcionamento, bem como a tutela e fiscalização do Estado sobre as mesmas.
- **Despacho n.º 6809/2014**, de 23 de maio – Define as regras para obtenção das habilitações profissionais para a docência da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica.
- **Despacho n.º 6581/2014**, de 20 de maio – Prorroga o período de validade da acreditação de entidades como avaliadoras e certificadoras de manuais escolares.
- **Decreto-Lei n.º 79/2014**, de 14 de maio, retificado pela **Declaração de Retificação n.º 32/2014**, de 27 de junho e alterado pelo **Decreto-Lei n.º 176/2014**, de 12 de dezembro – Aprova o regime jurídico da habilitação profissional para a docência na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário.
- **Despacho n.º 5946/2014**, de 7 de maio – Designa a Escola Secundária de Fonseca Benevides, em Lisboa, como escola sede da modalidade de oferta educativa e formativa de Ensino a Distância.
- **Despacho n.º 5945/2014**, de 7 de maio – Determina o alargamento e candidaturas de cursos vocacionais no ensino básico e no ensino secundário a partir do ano letivo de 2014-2015.
- **Portaria n.º 85/2014**, de 15 de abril – Regulamenta a modalidade de oferta educativa e formativa de Ensino a Distância (ED) para os alunos dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário.
- **Portaria n.º 81/2014**, de 9 de abril – Estabelece os procedimentos para a adoção formal e a divulgação da adoção dos manuais escolares a seguir pelos agrupamentos de escolas e pelas escolas não agrupadas e fixa as disciplinas em que os manuais escolares e outros recursos didático-pedagógicos não estão sujeitos ao regime de avaliação e certificação, bem como aquelas em que não há lugar à adoção formal de manuais escolares ou em que esta é meramente facultativa.
- **Despacho n.º 4168-B/2014**, de 19 de março – Define as condições de operacionalização do processo de classificação do teste diagnóstico de Inglês, bem como os deveres e os direitos dos professores classificadores.
- **Portaria n.º 59/2014**, de 7 de março – Fixa os termos da gestão flexível do currículo, no âmbito da autonomia pedagógica das escolas particulares e cooperativas a que se refere o artigo 37.º do **Decreto-Lei n.º 152/2013**, de 4 de novembro.

- **Portaria n.º 42/2014**, de 17 de fevereiro – Cria cursos artísticos especializados de nível secundário de educação, com planos próprios, no Instituto das Artes e da Imagem, define o respetivo regime de organização e funcionamento, avaliação e certificação e revoga a **Portaria n.º 836/2004**, de 16 de julho.
- **Decreto-Lei n.º 22/2014**, de 11 de fevereiro – Estabelece o regime jurídico da formação contínua de professores e define o respetivo sistema de coordenação, administração e apoio.
- **Portaria n.º 30/2014**, de 5 de fevereiro – Identifica as unidades orgânicas de ensino da rede pública do Ministério da Educação e Ciência (MEC), constituídas por agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas a funcionar no ano escolar de 2013-2014.
- **Despacho n.º 868-B/2014**, de 20 de janeiro – Homologa os Programas das disciplinas de Português, de Matemática e de Físico-Química do Ensino Secundário e as Metas Curriculares das disciplinas de Português, Matemática, Físico-Química e Física e Química do Ensino Secundário.
- **Decreto-Lei n.º 5/2014**, de 14 de janeiro – Regula o regime de avaliação, certificação e adoção dos manuais escolares dos ensinos básico e secundário, previsto na **Lei n.º 47/2006**, de 28 de agosto.
- **Despacho n.º 110-A/2014**, de 3 de janeiro – Homologa as Metas Curriculares das disciplinas de Geografia, História e Ciências Naturais do 9.º ano de escolaridade (3.º Ciclo).
- **Despacho n.º 16504-A/2013**, de 19 de dezembro – Estabelece as condições e procedimentos relativos ao período probatório dos docentes.
- **Decreto-Lei n.º 152/2013**, de 4 de novembro – Aprova o Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo de nível não superior.
- **Despacho n.º 11838-A/2013**, de 11 de setembro – Determina a realização anual de provas de avaliação diagnóstica de Inglês de aplicação obrigatória nos estabelecimentos do ensino público, particular e cooperativo.
- **Despacho n.º 9888-A/2013**, de 26 de julho – Homologa o Programa de Matemática para o Ensino Básico.
- **Despacho n.º 9182-A/2013**, de 12 de julho – Define regras para o concurso de recrutamento e seleção de docentes para o ensino e formação profissional.

- **Decreto-Lei n.º 70/2013**, de 23 de maio – Estabelece o regime jurídico da lecionação e da organização da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica (EMRC), nos estabelecimentos públicos dos ensinos básico e secundário.
- **Despacho n.º 6651/2013**, de 22 de maio – Homologa as Metas Curriculares da disciplina de Inglês dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico.
- **Despacho n.º 5122/2013**, de 16 de abril – Homologa as Metas Curriculares das disciplinas de História e Geografia de Portugal dos 5.º e 6.º anos de escolaridade (2.º ciclo), de Ciências Naturais dos 5.º e 6.º anos de escolaridade (2.º ciclo) e dos 7.º e 8.º anos de escolaridade (3.º ciclo), de História dos 7.º e 8.º anos de escolaridade (3.º ciclo), de Geografia dos 7.º e 8.º anos de escolaridade (3.º ciclo) e de Físico-Química dos 7.º, 8.º e 9.º anos de escolaridade (3.º ciclo).
- **Despacho n.º 4653/2013**, de 3 de abril – Determina o alargamento da experiência piloto dos cursos vocacionais.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 15/2013**, de 19 de março – Cria o Aproximar – Programa de Descentralização de Políticas Públicas.
- **Portaria n.º 74-A/2013**, de 15 de fevereiro, alterada pela **Portaria n.º 59-C/2014**, de 7 de março, e pela **Portaria n.º 165-B/2015**, de 3 de junho – Estabelece as normas de organização, funcionamento, avaliação e certificação dos cursos profissionais ministrados em estabelecimentos de ensino público, particular e cooperativo, que ofereçam o nível secundário de educação, e em escolas profissionais.
- **Despacho n.º 2007-B/2013**, de 1 de fevereiro – Determina a equivalência a exame final nacional das provas das disciplinas de Alemão (código 801) e de Espanhol (código 847).
- **Despacho n.º 866/2013**, de 16 de janeiro – Visa aclarar os princípios e critérios que devem estar presentes na graduação dos candidatos aos grupos de recrutamento da educação especial.
- **Portaria n.º 15/2013**, de 15 de janeiro – Define regimes de exceção no sistema de avaliação do desempenho do pessoal docente consagrado no Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, e revoga a **Portaria n.º 926/2010**, de 20 de setembro.
- **Despacho n.º 15971/2012**, de 14 de dezembro – Define o calendário da implementação das Metas Curriculares.
- **Despacho Normativo n.º 24/2012**, de 26 de outubro – Regulamenta o processo de constituição e funcionamento da bolsa de avaliadores externos, com vista à avaliação externa da dimensão científica e pedagógica prevista no **Decreto Regulamentar n.º 26/2012**, de 21 de fevereiro.

- **Despacho n.º 13981/2012**, de 26 de outubro, retificado pela **Declaração de Retificação n.º 1451/2012**, de 8 de novembro – Estabelece os parâmetros nacionais para a avaliação externa da dimensão científica e pedagógica a realizar no âmbito da avaliação do desempenho docente.
- **Portaria n.º 333/2012**, de 22 de outubro – Estabelece as condições gerais e os critérios para a atribuição do selo de Escola Voluntária, bem como os requisitos específicos a que devem obedecer as candidaturas.
- **Despacho Normativo n.º 20/2012**, de 3 de outubro – Define normas orientadoras para a constituição de territórios educativos de intervenção prioritária de terceira geração, bem como as regras de elaboração dos contratos-programa ou de autonomia a outorgar entre os estabelecimentos de educação ou de ensino e o Ministério da Educação e Ciência (MEC).
- **Despacho n.º 12635/2012**, de 27 de setembro – Determina a correspondência entre a avaliação obtida no SIADAP nas menções qualitativas específicas previstas no artigo 46.º do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário (ECD).
- **Despacho n.º 12567/2012**, de 26 de setembro – Estabelece os universos e os critérios para a determinação dos percentis relativos à atribuição das menções qualitativas de Excelente e de Muito Bom aos docentes integrados na carreira e em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo, considerando a majoração decorrente dos resultados da avaliação externa dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas.
- **Portaria n.º 281/2012**, de 14 de setembro – Regulamenta a atribuição de licença sem vencimento aos docentes de carreira dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário na dependência do Ministério da Educação e Ciência (MEC), recrutados por associações de portugueses ou entidades estrangeiras, públicas ou privadas, que promovem e divulgam o ensino da língua e cultura portuguesas.
- **Lei n.º 51/2012**, de 5 de setembro, retificada pela **Declaração de Retificação n.º 46/2012**, de 17 de setembro – Aprova o Estatuto do Aluno e Ética Escolar, que estabelece os direitos e os deveres do aluno dos ensinos básico e secundário e o compromisso dos pais ou encarregados de educação e dos restantes membros da comunidade educativa na sua educação e formação, revogando a **Lei n.º 30/2002**, de 20 de dezembro.
- **Portaria n.º 272/2012**, de 4 de setembro – Cria o Programa de Apoio e Qualificação do PIEF – Programa Integrado de Educação e Formação (Programa AQPIEF).
- **Portaria n.º 266/2012**, de 30 de agosto – Estabelece as regras a que obedece a avaliação do desempenho docente dos diretores de agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas, dos diretores dos centros de formação de associações de escolas e dos diretores das escolas portuguesas no estrangeiro.

- **Portaria n.º 265/2012**, de 30 de agosto, alterada pela **Portaria n.º 44/2014**, de 20 de fevereiro – Define as regras e procedimentos a observar quanto à celebração, acompanhamento, e avaliação dos contratos de autonomia a celebrar entre os agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas, e o Ministério da Educação e Ciência.
- **Despacho Normativo n.º 19/2012**, de 17 de agosto, retificado pela **Declaração de Retificação n.º 1102/2012**, de 31 de agosto – Estabelece os critérios para aplicação do suprimento de avaliação através da ponderação curricular previsto no n.º 9 do artigo 40.º do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário (ECD), bem como os procedimentos a que a mesma deve obedecer.
- **Portaria n.º 243-A/2012**, de 13 de agosto, retificada pela **Declaração de Retificação n.º 59/2012**, de 12 de outubro, alterada pela **Portaria n.º 419-A/2012**, de 20 de dezembro, e pela **Portaria n.º 165-A/2015**, de 3 de junho – Define o regime de organização e funcionamento, avaliação e certificação do curso de Design de Comunicação, do curso de Design de Produto e do curso de Produção Artística, na área das Artes Visuais, e do curso de Comunicação Audiovisual, na área dos Audiovisuais, ministrados em estabelecimentos de ensino público, particular e cooperativo.
- **Portaria n.º 243-B/2012**, de 13 de agosto, retificada pela **Declaração de Retificação n.º 58/2012**, de 12 de outubro, e alterada pela **Portaria n.º 419-B/2012**, de 20 de dezembro, pela **Portaria n.º 59-B/2014**, de 7 de março, e pela **Portaria n.º 165-A/2015**, de 3 de junho – Define o regime de organização e funcionamento, avaliação e certificação dos cursos secundários artísticos especializados de Dança, de Música, de Canto e de Canto Gregoriano e aprova os respetivos planos de estudos ministrados em estabelecimentos de ensino público, particular e cooperativo.
- **Portaria n.º 243/2012**, de 10 de agosto, retificada pela **Declaração de Retificação n.º 51/2012**, de 21 de setembro e alterada pela **Portaria n.º 304-B/2015**, de 22 de setembro – Define o regime de organização e funcionamento dos cursos científico-humanísticos de Ciências e Tecnologias, de Ciências Socioeconómicas, de Línguas e Humanidades e de Artes Visuais, ministrados em estabelecimentos de ensino público, particular e cooperativo, e estabelece os princípios e os procedimentos a observar na avaliação e certificação dos alunos.
- **Portaria n.º 242/2012**, de 10 de agosto – Define o regime de organização e funcionamento dos cursos científico-humanísticos de nível secundário de educação, na modalidade de ensino recorrente, ministrados em estabelecimentos de ensino público, particular e cooperativo, e estabelece os princípios e os procedimentos a observar na avaliação e certificação dos alunos.
- **Despacho n.º 10874/2012**, de 10 de agosto – Homologa as metas curriculares das disciplinas de Português, de Matemática, de Tecnologias de Informação e Comunicação, de Educação Visual e de Educação Tecnológica do ensino básico.
- **Decreto-Lei n.º 176/2012**, de 2 de agosto – Regula o regime de matrícula e de frequência no âmbito da escolaridade obrigatória das crianças e dos jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos e estabelece medidas que devem ser adotadas no âmbito dos percursos escolares dos alunos para prevenir o insucesso e o abandono escolares.

- **Portaria n.º 225/2012**, de 30 de julho, retificada pela **Declaração de Retificação n.º 55/2012**, de 28 de setembro – Cria os Cursos Básicos de Dança, de Música e de Canto Gregoriano dos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e estabelece o regime relativo à organização, funcionamento, avaliação e certificação dos cursos, bem como o regime de organização das iniciações em Dança e em Música no 1.º Ciclo do Ensino Básico.
- **Decreto-Lei n.º 139/2012**, de 5 de julho, alterado pelo **Decreto-Lei n.º 91/2013**, de 10 de julho, pelo **Decreto-Lei n.º 176/2014**, de 12 de dezembro, e pelo **Decreto-Lei n.º 17/2016**, de 4 de abril – Estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos dos ensinos básico e secundário, da avaliação dos conhecimentos a adquirir e das capacidades a desenvolver pelos alunos e do processo de desenvolvimento do currículo dos ensinos básico e secundário.
- **Decreto-Lei n.º 132/2012**, de 27 de junho, alterado pelo **Decreto-Lei n.º 146/2013**, de 22 de outubro, pela **Lei n.º 80/2013**, de 28 de novembro, e pelo **Decreto-Lei n.º 83-A/2014**, de 23 de maio, retificado pela **Declaração de Retificação n.º 36/2014**, de 22 de julho, pelo **Decreto-Lei n.º 9/2016**, de 7 de março, pela **Lei n.º 12/2016**, de 28 de abril, e pela **Lei n.º 16/2016**, de 17 de junho – Regula os concursos para seleção e recrutamento do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, constituindo estes o processo normal e obrigatório de seleção e recrutamento do pessoal docente.
- **Despacho n.º 6042/2012**, de 8 de maio, retificado pela **Declaração de Retificação n.º 653/2012**, de 18 de maio – Define as regras relativas à mobilidade interna por condições específicas dos docentes da carreira dos estabelecimentos de ensino da rede pública de Portugal Continental e das Regiões Autónomas.
- **Despacho n.º 5634-F/2012**, de 26 de abril – Estabelece os princípios e critérios de orientação para a constituição de agrupamentos de escolas e agregações.
- **Decreto Regulamentar n.º 26/2012**, de 21 de fevereiro, retificado pela **Declaração de Retificação n.º 20/2012** – Regulamenta o sistema de avaliação do desempenho do pessoal docente estabelecido no Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário.
- **Despacho n.º 8322/2011**, de 16 de junho – Reduz a componente letiva dos docentes orientadores cooperantes que desempenham funções de orientação e supervisão pedagógica.
- **Portaria n.º 199/2011**, de 19 de maio – Aprova os modelos de diplomas e de certificados que conferem uma qualificação de nível não superior no âmbito do Sistema Nacional de Qualificações.
- **Despacho n.º 4463/2011**, de 11 de março – Definição de procedimentos e clarificação do papel dos agentes envolvidos nas agregações de agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas.

- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 8/2011**, de 25 de janeiro – Determina a aplicação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa no sistema educativo no ano letivo de 2011-2012 e, a partir de 1 de Janeiro de 2012, ao Governo e a todos os serviços, organismos e entidades na dependência do Governo, bem como à publicação do *Diário da República*.
- **Despacho n.º 978/2011**, de 12 de janeiro – Caracteriza os níveis de qualificação do Quadro Nacional de Qualificações (QNQ).
- **Portaria n.º 1333/2010**, de 31 de dezembro, alterada pela **Portaria n.º 278/2011**, de 14 de outubro – Estabelece as regras aplicáveis à avaliação do desempenho dos docentes que exercem funções de gestão e administração em estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, bem como em centros de formação de associações de escolas.
- **Despacho n.º 18060/2010**, de 3 de dezembro, retificado pela **Declaração de Retificação n.º 2642/2010**, de 27 de dezembro, e alterado pelo **Despacho n.º 6025/2011**, de 6 de abril – Estabelece as regras de apresentação das propostas de docentes para o exercício da função de professores classificadores dos exames nacionais dos ensinos básico e secundário.
- **Portaria n.º 1181/2010**, de 16 de novembro – Define os procedimentos de criação, alteração e extinção de agrupamentos de escolas e de estabelecimentos da educação pré-escolar, do ensino básico e do ensino secundário da rede pública do Ministério da Educação.
- **Portaria n.º 1100/2010**, de 22 de outubro – Aprova o programa de formação em competências básicas, que visa a aquisição, por parte dos adultos, de competências básicas de leitura, escrita, cálculo e uso de tecnologias de informação e comunicação e a sua posterior integração, enquanto formandos, em cursos de educação e formação de adultos (cursos EFA) de nível B1 ou B1+B2 ou em processos de reconhecimento, validação e certificação de competências de nível básico.
- **Despacho n.º 13567/2010**, de 24 de agosto – Determina que o número total de horas de formação sequencial, no âmbito dos cursos do Programa Português para Todos, seja equivalente às correspondentes unidades de formação de curta duração do Catálogo Nacional de Qualificações.
- **Portaria n.º 196-A/2010**, de 9 de abril – Regulamenta a **Lei n.º 60/2009**, de 6 de agosto, que estabelece o regime de aplicação da educação sexual em meio escolar.
- **Portaria n.º 1262/2009**, de 15 de outubro – Cria os cursos de Português para Falantes de Outras Línguas, assim como as regras a que obedece a sua lecionação e certificação.
- **Despacho n.º 22238/2009**, de 7 de outubro – Aprova o Regulamento da Prova do Domínio Perfeito da Língua Portuguesa.

- **Decreto-Lei n.º 281/2009**, de 6 de outubro – Cria o Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI).
- **Decreto-Lei n.º 272/2009**, de 6 de outubro – Estabelece as medidas específicas de apoio ao desenvolvimento do desporto de alto rendimento e procede à primeira alteração ao **Decreto-Lei n.º 393-A/99**, de 2 de Outubro, que regula os regimes especiais de acesso e ingresso no ensino superior.
- **Decreto-Lei n.º 224/2009**, de 11 de setembro – Procede à primeira alteração ao **Decreto-Lei n.º 75/2008**, de 22 de abril, que aprovou o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, e prevê a existência de postos de trabalho com a categoria de encarregado operacional da carreira de assistente operacional nos mapas de pessoal dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas.
- **Decreto-Lei n.º 212/2009**, de 3 de setembro – Estabelece o regime aplicável à contratação de técnicos que asseguram o desenvolvimento das atividades de enriquecimento curricular (AEC) no 1.º ciclo do ensino básico nos agrupamentos de escolas da rede pública.
- **Lei n.º 85/2009**, de 27 de agosto, alterada pela **Lei n.º 65/2015**, de 3 de junho – Estabelece o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e consagra a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 5 anos de idade.
- **Portaria n.º 967/2009**, de 25 de agosto – Aprova a regulamentação do reconhecimento das qualificações dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário previsto na **Diretiva n.º 2005/36/CE**, do Parlamento e do Conselho, de 7 de setembro, e na **Diretiva n.º 2006/100/CE**, do Conselho, de 20 de novembro, transpostas para a ordem jurídica interna através da **Lei n.º 9/2009**, de 4 de março.
- **Portaria n.º 942/2009**, de 21 de agosto – Regula o recrutamento de pessoal docente para grupos, subgrupos e disciplinas de formação artística do ensino artístico especializado da Música e da Dança, por parte dos estabelecimentos de ensino públicos legalmente competentes para o efeito.
- **Lei n.º 71/2009**, de 6 de agosto – Cria o regime especial de proteção de crianças e jovens com doença oncológica.
- **Lei n.º 60/2009**, de 6 de agosto – Estabelece o regime de aplicação da educação sexual em meio escolar.
- **Portaria n.º 841/2009**, de 3 agosto – Estabelece as regras para que os docentes da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário providos em lugar de quadro que exerçam funções docentes em estabelecimento de educação ou de ensino públicos, na dependência do Ministério da Educação, possam beneficiar de equiparação a bolseiro.

- **Portaria n.º 782/2009**, de 23 de julho – Regula o Quadro Nacional de Qualificações e define os descritores para a caracterização dos níveis de qualificação nacionais.
- **Portaria n.º 781/2009**, de 23 de julho – Estabelece a estrutura e organização do Quadro Nacional de Qualificações.
- **Portaria n.º 759/2009**, de 16 de julho – Procede à adaptação do sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública ao pessoal não docente dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.
- **Portaria n.º 731/2009**, de 7 de julho, alterada pela **Portaria n.º 224/2010**, de 20 de abril, e pela **Portaria n.º 321/2013**, de 28 de outubro – Cria o sistema de formação e de certificação em competências TIC (tecnologias de informação e comunicação) para docentes em exercício de funções nos estabelecimentos da educação pré-escolar e dos ensinos básicos e secundário.
- **Despacho n.º 13399/2009**, de 8 de junho – Estabelece regras relativas à mobilidade de pessoal docente.
- **Lei n.º 23/2009**, de 21 de maio – Consagra a garantia de intercomunicabilidade entre os docentes provenientes das Regiões Autónomas com o restante território nacional.
- **Decreto-Lei n.º 124/2009**, de 21 de maio – Estabelece o regime jurídico do trabalho voluntário nas escolas realizado por pessoal docente aposentado.
- **Decreto-Lei n.º 89/2009**, de 9 de abril – Regulamenta a proteção na parentalidade, no âmbito da eventualidade de maternidade, paternidade e adoção, dos trabalhadores que exercem funções públicas integrados no regime de proteção social convergente.
- **Lei n.º 9/2009**, de 4 de março, alterada pela **Lei n.º 41/2012**, de 28 de agosto – Transpõe para a ordem jurídica interna a **Diretiva n.º 2005/36/CE**, do Parlamento e do Conselho, de 7 de setembro, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e a **Diretiva n.º 2006/100/CE**, do Conselho, de 20 de novembro, que adapta determinadas diretivas no domínio da livre circulação de pessoas, em virtude da adesão da Bulgária e da Roménia.
- **Decreto-Lei n.º 55/2009**, de 2 de março – Estabelece o regime jurídico aplicável à atribuição e ao funcionamento dos apoios no âmbito da ação social escolar.
- **Despacho n.º 6514/2009**, de 27 de fevereiro – Define as captações e correspondentes escalões de comparticipação por parte do Estado de apoio às famílias que optam por estabelecimentos de ensino particular e cooperativo.

- **Portaria n.º 212/2009**, de 23 de fevereiro – Identifica os requisitos que conferem habilitação profissional para a docência nos grupos de recrutamento de educação especial, a que se refere a alínea e) do artigo 3.º do **Decreto-Lei n.º 27/2006**, de 10 de fevereiro.
- **Decreto-Lei n.º 30/2009**, de 3 de fevereiro – Estabelece o regime jurídico aplicável ao reconhecimento, pelo Estado Português, do ensino ministrado com currículo e programas portugueses em estabelecimentos de ensino de iniciativa privada situados fora do território nacional.
- **Portaria n.º 1497/2008**, de 19 de dezembro – Regula as condições de acesso, a organização, a gestão e o funcionamento dos cursos de aprendizagem, bem como a avaliação e a certificação das aprendizagens.
- **Portaria n.º 1049-A/2008**, de 16 de setembro, alterada pela **Portaria n.º 29/2015**, de 12 de fevereiro – Define os critérios e a respetiva fórmula de cálculo para a determinação da dotação máxima de referência do pessoal não docente, por agrupamento de escolas ou escola não agrupada.
- **Decreto-Lei n.º 124/2008**, de 15 de julho – Procede à segunda alteração ao **Decreto-Lei n.º 224/2006**, de 13 de novembro, estabelecendo as condições de colocação em situação de mobilidade especial dos docentes declarados incapazes para o exercício da atividade docente e um regime excecional de acesso à colocação em estabelecimento de educação ou de ensino, bem como a possibilidade de colocação em situação de mobilidade especial para os docentes com ausência de componente letiva.
- **Despacho n.º 18040/2008**, de 4 de julho, alterado pelo **Despacho n.º 10811/2011**, de 1 de setembro, e pelo **Despacho n.º 747/2015**, de 23 de janeiro – Determina as condições de aquisição da profissionalização em serviço aos docentes dos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo e escolas profissionais privadas.
- **Deliberação n.º 1650/2008**, de 13 de junho – Define a classificação final do ensino secundário a atribuir aos candidatos cujo diploma, nos termos da lei, não inclua essa classificação.
- **Despacho Normativo n.º 37/2008**, de 11 de agosto – Determina as condições de equivalência à formação tecnológica dos cursos tecnológicos do ensino recorrente por módulos capitalizáveis.
- **Despacho n.º 20513/2008**, de 5 de agosto, alterado pelo **Despacho n.º 13173-C/2011**, de 30 de setembro – Institui o Prémio de Mérito Ministério da Educação a atribuir aos alunos que tenham concluído o ensino secundário, em 2007-2008, ou venham a concluir em anos subsequentes.

- **Decreto-Lei n.º 144/2008**, de 28 de julho – Desenvolve o quadro de transferência de competências para os municípios em matéria de educação, de acordo com o previsto no artigo 19.º da **Lei n.º 159/99**, de 14 de setembro, dando execução à autorização legislativa constante das alíneas *a)* a *e)* e *h)* do n.º 1 do artigo 22.º do Orçamento do Estado para 2008, aprovado pela **Lei n.º 67-A/2007**, de 31 de dezembro.
- **Portaria n.º 350/2008**, de 5 de maio – Fixa as condições de atribuição de licença sabática aos docentes da educação pré-escolar e dos ensinos básico secundário.
- **Portaria n.º 345/2008**, de 30 de abril – Estabelece as condições em que podem ser concedidas dispensas para formação ao pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.
- **Portaria n.º 343/2008**, de 30 de abril, alterada pela **Portaria n.º 966/2009**, de 25 agosto – Fixa as funções ou cargos a identificar como de natureza técnico-pedagógica.
- **Decreto-Lei n.º 75/2008**, de 22 de abril, alterado pelo **Decreto-Lei n.º 224/2009**, de 11 de setembro, e alterado e republicado pelo **Decreto-Lei n.º 137/2012**, de 2 de julho – Aprova o regime jurídico de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.
- **Portaria n.º 230/2008**, de 7 de março, alterada pela **Portaria n.º 711/2010**, de 17 de agosto, e republicada pela **Portaria n.º 283/2011**, de 24 de outubro – Define o regime jurídico dos cursos de educação e formação de adultos (Cursos EFA) e das formações modulares, previstos, respetivamente, na alínea *d)* e na alínea *f)* do n.º 1 do artigo 9.º do **Decreto-Lei n.º 396/2007**, de 31 de Dezembro.
- **Despacho n.º 6260/2008**, de 5 de março – Aprova o regulamento de exames a nível de escola para a conclusão e certificação do nível secundário de educação ao abrigo do Decreto-Lei n.º 357/2007, de 29 de outubro.
- **Decreto Regulamentar n.º 4/2008**, de 5 de fevereiro – Define a composição e o modo de funcionamento do conselho científico para a avaliação de professores.
- **Despacho Normativo n.º 1/2008**, de 8 de janeiro – Regulamenta a concessão de equivalências entre disciplinas e áreas de formação integradas em planos de estudo de cursos de nível secundário de educação e disciplinas e áreas e formação do ensino secundário recorrente por módulos capitalizáveis.
- **Decreto-Lei n.º 3/2008**, de 7 de janeiro, retificado pela **Declaração de Retificação n.º 10/2008**, de 7 de março, e alterado pela **Lei n.º 21/2008**, de 12 de maio – Define os apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário dos setores público, particular e cooperativo.
- **Decreto-Lei n.º 396/2007**, de 31 de dezembro – Estabelece o regime jurídico do Sistema Nacional de Qualificações e define as estruturas que asseguram o seu funcionamento.

- **Decreto-Lei n.º 357/2007**, de 29 de outubro, retificado pela **Declaração de Retificação n.º 117/2007**, de 28 de dezembro – Regulamenta o processo de conclusão e certificação, por parte de adultos com percursos formativos incompletos, do nível secundário de educação relativo a planos de estudo já extintos.
- **Despacho Normativo n.º 30/2007**, de 10 de agosto – Estabelece, no âmbito da organização curricular do ensino secundário, princípios de atuação e normas orientadoras para a implementação, o acompanhamento e a avaliação das atividades curriculares e de enriquecimento a desenvolver pelas escolas e agrupamentos de escolas no domínio do ensino do Português língua não materna, aplicando-se aos alunos dos cursos científico-humanísticos e dos cursos tecnológicos do ensino secundário inseridos no sistema educativo nacional cuja língua materna não seja o português.
- **Despacho n.º 12981/2007**, de 25 de junho – Define o modo de atribuição da classificação final no ensino secundário a alunos com equivalência de sistema de ensino estrangeiro.
- **Despacho n.º 2506/2007**, de 20 de fevereiro – Adota medidas que visam a promoção da saúde da população escolar, determinando a nomeação em cada agrupamento/escola de um coordenador de educação para a saúde.
- **Decreto-Lei n.º 15/2007**, de 19 de janeiro, alterado pelo **Decreto-Lei n.º 270/2009**, de 30 de setembro, pelo **Decreto-Lei n.º 75/2010**, de 23 de junho, e pelo **Decreto-Lei n.º 41/2012**, de 21 de fevereiro – Procede à sétima alteração do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo **Decreto-Lei n.º 139-A/90**, de 28 de Abril, e altera o regime jurídico da formação contínua de professores, aprovado pelo **Decreto-Lei n.º 249/92**, de 9 de novembro.
- **Lei n.º 47/2006**, de 28 de agosto, alterada pela **Lei n.º 72/2017**, de 16 de agosto – Define o regime de avaliação, certificação e adoção dos manuais escolares do ensino básico e do ensino secundário, bem como os princípios e objetivos a que deve obedecer o apoio socioeducativo relativamente à aquisição e ao empréstimo de manuais escolares.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/2006**, de 12 de julho – Aprova o Plano Nacional de Leitura e cria a respetiva comissão.
- **Portaria n.º 699/2006**, de 12 de julho – Aprova as tabelas comparativas entre o sistema de ensino português e outros sistemas de ensino, bem como as tabelas de conversão dos sistemas de classificação correspondentes respeitantes a vários países.
- **Portaria n.º 224/2006**, de 8 de março – Aprova as tabelas comparativas entre o sistema de ensino português e outros sistemas de ensino, bem como as tabelas de conversão dos sistemas de classificação correspondentes, nos termos da alínea a) do artigo 5.º do **Decreto-Lei n.º 227/2005**, de 28 de dezembro.

- **Decreto-Lei n.º 27/2006**, de 10 de fevereiro, retificado pela **Declaração de Retificação n.º 18/2006**, de 23 de março, e alterado pelo **Decreto-Lei n.º 176/2014**, de 12 de dezembro – Cria e define os grupos de recrutamento para efeitos de seleção e recrutamento do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.
- **Despacho Normativo n.º 7/2006**, de 6 de fevereiro, alterado pelo **Despacho Normativo n.º 12/2011**, de 22 de agosto – Estabelece, no âmbito da organização e gestão do currículo nacional, princípios de atuação e normas orientadoras para a implementação, acompanhamento e avaliação das atividades curriculares e extracurriculares específicas a desenvolver pelas escolas e agrupamentos de escolas no domínio do ensino da língua portuguesa como língua não materna.
- **Decreto-Lei n.º 227/2005**, de 28 de dezembro, retificado pela **Declaração de Retificação n.º 9/2006**, de 6 de fevereiro – Define o regime de concessão de equivalência de habilitações de sistemas educativos estrangeiros a habilitações do sistema educativo português ao nível dos ensinos básico e secundário.
- **Portaria n.º 433/2005**, de 19 de abril – Aprova a tabela comparativa entre programas e estudos/cursos do *International Baccalaureate* (IB) de matriz portuguesa e o sistema educativo português.
- **Despacho n.º 6649/2005**, de 31 de março, com as alterações introduzidas pela **Retificação n.º 1224/2005**, de 18 de julho – Estabelece a equiparação entre as habilitações académicas adquiridas no passado em estabelecimentos de ensino público, particular ou cooperativo, com atividade reconhecida pelo Ministério da Educação à data da emissão do respetivo certificado de habilitações, e o seu enquadramento em função dos planos de estudo em vigor.
- **Despacho n.º 4456/2005**, de 1 de março – Regula os procedimentos necessários ao reconhecimento do tempo de serviço prestado por professores/formadores que celebrem contratos de voluntariado com organizações não-governamentais ou outras entidades privadas de utilidade pública para o exercício de funções docentes/formação no âmbito da cooperação para o desenvolvimento em projetos e programas reconhecidos e apoiados pelo Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD).
- **Decreto-Lei n.º 184/2004**, de 29 de julho – Estabelece o regime estatutário específico do pessoal não docente dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.
- **Despacho n.º 14758/2004**, de 23 de julho, com as alterações introduzidas pelo **Despacho n.º 9815-A/2012**, de 19 de julho – Define o funcionamento nas escolas ou agrupamentos de escolas integrados na rede pública de estabelecimentos de educação e ensino dos cursos profissionais do nível secundário de educação criados de acordo com o **Decreto-Lei n.º 74/2004**, de 26 de Março.
- **Despacho Normativo n.º 12/2004**, de 3 de março – Regula os procedimentos necessários à consideração do tempo prestado no serviço docente em Estado membro da União Europeia (UE).

- **Despacho Conjunto n.º 960/2003**, de 1 de outubro – Altera o Regulamento de Acesso à Medida n.º 5, Ação n.º 5.1, *Formação Contínua e Especializada nos Ensinos Básico e Secundário*, aprovado pelo **Despacho Conjunto n.º 984/2001**, de 29 de outubro.
- **Despacho Conjunto n.º 948/2003**, de 26 de setembro – Revê e reformula o Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF), criado pelo **Despacho Conjunto n.º 882/99**, de 28 de Setembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 241, de 15 de Outubro.
- **Despacho Normativo n.º 24/2000**, de 11 de maio, alterado pelo **Despacho Normativo n.º 36/2002**, de 4 de junho – Define os parâmetros gerais relativos à organização do ano escolar, os quais serão desenvolvidos por cada escola e por cada agrupamento de escolas, no âmbito dos respetivos projetos educativos e planos anuais de atividades.
- **Portaria n.º 413/99**, de 8 de junho – Aprova o Regulamento do Seguro Escolar.
- **Despacho Conjunto n.º 198/99**, de 3 de março – Aprova o conjunto referencial de perfis de formação especializada dos docentes.
- **Decreto-Lei n.º 329/98**, de 2 de novembro – Regula o ensino da disciplina de Educação Moral e Religiosa, de diversas confissões religiosas, em regime de permanência e em alternativa à disciplina de Desenvolvimento Pessoal e Social.
- **Decreto-Lei n.º 147/97**, de 11 de junho – Estabelece o ordenamento jurídico do desenvolvimento e expansão da rede nacional de educação pré-escolar e define o respetivo sistema de organização e financiamento.
- **Decreto-Lei n.º 95/97**, de 23 de abril – Aprova o regime jurídico da formação especializada de educadores de infância e de professores dos ensinos básico e secundário.
- **Lei n.º 5/97**, de 10 de fevereiro – Lei Quadro da Educação Pré-Escolar – Consagra o ordenamento jurídico da educação pré-escolar, na sequência da Lei de Bases do Sistema Educativo.
- **Decreto Regulamentar n.º 3/95**, de 27 de janeiro – Estabelece a lista das doenças que afastam temporariamente da frequência escolar e demais atividades de ensino os discentes, pessoal docente e não docente.

- **Portaria n.º 1266/93**, de 13 de dezembro – Substitui o mapa de equivalências das habilitações adquiridas na escola europeia às habilitações do sistema educativo português, anexo à **Portaria n.º 597/88**, de 29 de agosto.
- **Decreto-Lei n.º 95/91**, de 26 de fevereiro – Aprova o regime jurídico da Educação Física e do desporto escolar.
- **Decreto-Lei n.º 372/90**, de 27 de novembro, alterado pelo **Decreto-Lei n.º 80/99**, de 16 de março, pela **Lei n.º 29/2006**, de 4 de julho, e pela **Lei n.º 40/2007**, de 24 de agosto – Disciplina o regime de constituição, os direitos e os deveres a que ficam subordinadas as associações de pais e encarregados de educação.
- **Decreto-Lei n.º 139-A/90**, de 28 de abril, com a redação atual do **Decreto-Lei n.º 41/2012**, de 21 de fevereiro, e posteriormente alterado pelo **Decreto-Lei n.º 146/2013**, de 22 de outubro, pela **Lei n.º 80/2013**, de 28 de novembro, pela **Lei n.º 12/2016**, de 28 de abril, e pela **Lei n.º 16/2016**, de 17 de junho – Aprova o Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário.
- **Decreto-Lei n.º 282/89**, de 23 de agosto – Regula a concessão de equiparação a bolseiro fora do País.
- **Portaria n.º 597/88**, de 29 de agosto – Define as condições de concessão de equivalência das habilitações adquiridas na escola europeia às habilitações do sistema educativo português.
- **Portaria n.º 406/87**, de 14 de maio – Cria facilidades escolares para atletas-estudantes.
- **Decreto-Lei n.º 542/79**, de 31 de dezembro – Aprova o Estatuto dos Jardins de Infância do sistema público de educação pré-escolar.
- **Decreto-Lei n.º 89/77**, de 8 de março, alterado pelo **Decreto-Lei n.º 229/94**, de 13 de setembro – Permite o afastamento temporário da frequência escolar e demais atividades desenvolvidas nos estabelecimentos de ensino dos alunos, pessoal docente, administrativo e auxiliar quando atingidos por doenças transmissíveis.